

Sumário

Apresentação	25
--------------------	----

PARTE I – TEORIA GERAL DO DIREITO

Capítulo I

Noções gerais de direito

1. Etimologia da palavra direito.....	29
2. Significados da palavra direito.....	30
2.1. Direito como justo.....	30
2.2. Direito como <i>norma agendi</i>	30
2.3. Direito como <i>facultas agendi</i>	30
2.4. Direito como sanção	32
3. Conceito de direito.....	33
4. Causas essenciais do direito	33
4.1. Causa eficiente	34
4.1.1. Direito natural.....	34
4.1.2. Direito positivo	35
4.2. Causa final	35
4.2.1. Direito / moral	35
4.3. Causa formal.....	37
4.4. Causa material	37
4.4.1. O sistema jurídico	38
4.4.2. Direito público / direito privado.....	39
5. Publicização do direito	41

Capítulo II

As formas de expressão do direito

FONTES DO DIREITO

1. Sistema jurídico.....	43
--------------------------	----

2. A lacuna no sistema jurídico	44
2.1. Espécies de lacuna	45
2.1.1. Quanto à norma	45
2.1.2. Quanto à vontade do legislador.....	45
2.1.3. Quanto à amplitude	46
2.1.4. Quanto ao sistema de normas	46
2.1.5. Quanto ao campo de abrangência	47
3. Fontes do direito	48
3.1. Conceito	48
3.2. Classificação das fontes do direito	49
3.2.1. Quanto à natureza.....	49
3.2.2. Quanto ao órgão produtor	49
3.2.3. Quanto ao grau de importância.....	50
4. Interpretação do artigo 4º da LINDB	50
5. A lei	51
5.1. Conceito de lei	51
5.2. Características da lei.....	52
5.3. Classificação das leis	53
5.3.1. Quanto à amplitude	58
5.3.2. Quanto à permanência (duração)	58
5.3.3. Quanto à extensão territorial.....	58
5.3.4. Quanto à força obrigatória (imperatividade).....	59
5.3.5. Quanto à natureza.....	61
5.3.6. Quanto à forma técnica	61
5.3.7. Quanto à intensidade da sanção	62
5.4. A importância da classificação para a solução de conflitos de leis	63
6. Os costumes.....	64
6.1. Conceito	64
6.2. Requisitos do costume	64
6.3. Fundamento do costume.....	65
6.4. Classificação dos costumes.....	66
6.4.1. Quanto à origem	66
6.4.2. Quanto ao alcance.....	66
6.5. Efeitos dos costumes	68

7. Doutrina	68
7.1. Conceito	68
7.2. Natureza jurídica.....	69
7.3. Distinção entre doutrina e ciência jurídica.....	69
7.4. Requisitos da doutrina como fonte	69
7.5. Efeitos da doutrina	70
8. Jurisprudência.....	70
8.1. Conceito	70
8.2. Natureza jurídica.....	71
8.3. Requisitos da jurisprudência	71
8.4. Efeitos da jurisprudência	72
8.5. Súmula.....	72
9. Princípios gerais de direito	73
9.1. Conceito	73
9.2. Natureza jurídica.....	73
9.3. Classificação	74
9.4. Relação dos princípios gerais de direito com as cláusulas gerais e os conceitos jurídicos indeterminados	75
10. Brocardos jurídicos.....	75
10.1. Conceito.....	75

Capítulo III

Eficácia da lei no tempo

1. Princípios fundamentais.....	77
1.1. Princípio da obrigatoriedade	77
1.2. Princípio da continuidade	78
2. Planos de efeitos da norma	79
3. Eficácia e efetividade	82
4. Inexistência, nulidade e anulabilidade das normas	83
5. <i>Vacatio legis</i>	84
5.1. Conceito.....	84
5.2. Sistemas	84
5.3. Objetivo	85
5.4. Espécies.....	86
5.5. Contagem.....	87
5.6. Obrigatoriedade da lei nova durante a <i>vacatio legis</i>	89

6. “Errata” da lei (art. 1º, §§ 3º e 4º, da LINDB)	90
6.1. Conceito.....	90
6.2. Classificação dos erros	90
6.3. Fases de retificação	90
7. Revogação	91
7.1. Conceito.....	91
7.2. Princípio da continuidade	92
7.3. Classificação	92
7.4. Declaração de inconstitucionalidade	94
7.4.1. Introdução	94
7.4.2. Formas de inconstitucionalidade.....	94
7.4.3. Momento do controle.....	95
8. Antinomias.....	97
8.1. Conceito.....	97
8.2. Classificação das antinomias	98
8.2.1. Quanto à solubilidade	98
8.2.2. Quanto ao âmbito de incidência.....	99
8.2.3. Quanto à natureza.....	99
8.3. Solução das antinomias	99
8.4. Antinomia de segundo grau.....	101
8.5. Antinomias no Código Civil de 2002.....	102
9. Não restauração da lei (art. 2º, § 3º, da LINDB).....	104

Capítulo IV

Conflito da lei no tempo

1. Introdução	105
2. Princípio da irretroatividade.....	106
2.1. Critérios para a aplicação do princípio da irretroatividade ..	108
3. Direito adquirido	110
3.1. Direito adquirido a termo ou sob condição.....	111
3.2. Direito adquirido e expectativa de direito	112
3.3. Direito adquirido e faculdade jurídica	113
4. Ato jurídico perfeito.....	113
5. Coisa julgada.....	114
5.1. Conceito.....	114

5.2. Finalidade	115
5.3. Natureza jurídica	115
5.4. Classificação	116
5.5. Limites da coisa julgada.....	119

Capítulo V

Hermenêutica jurídica

1. Conceito	120
2. Espécies de interpretação	123
2.1. Quanto ao agente	123
2.2. Quanto à natureza	125
2.3. Interpretação segundo seus efeitos.....	128
3. Escolas de interpretação	130
3.1. Dogmática	130
3.2. Histórico-evolutiva	131
3.3. Livre pesquisa	131
4. Vontade da lei ou do legislador.....	132
5. Analogia	133
5.1. Conceito.....	133
5.2. Fundamento.....	133
5.3. Procedimento	133
5.4. Adágio romano.....	134
5.5. Pressupostos.....	134
5.6. Espécies.....	134
5.7. Figuras afins.....	134
6. Equidade.....	134
6.1. Conceito.....	134
6.2. Acepções	134
6.3. Classificação	135
6.3.1. Quanto à origem	135
6.3.2. Quanto à fonte	135
6.4. Requisitos.....	135
7. Novas figuras hermenêuticas.....	135
7.1. Cláusulas gerais.....	135
7.2. Preceitos jurídicos indeterminados	136

8. Passos da interpretação e integração	136
---	-----

Capítulo VI

Visão geral – Dogmática analítica

I – MODELOS TEÓRICOS

1. Enfoques dogmático e zetético	138
1.1. Zetética jurídica	138
1.2. Dogmática jurídica	139
1.3. Dogmática e zetética	139

II – MODELO TEÓRICO DOMINANTE

2. Positivismo jurídico	140
2.1. Sistema de normas	141
2.2. Estrutura da norma	142
2.3. Norma e proposição	142
2.4. Norma e interpretação	143

III – TEORIA DO ORDENAMENTO

3. Sistema jurídico	143
3.1. Sistema hierarquizado	144

IV – TEORIA DA NORMA

4. Teoria normativa	145
4.1. Norma jurídica	146
4.2. Estudo formal da norma	146
4.2.1. Norma e prescrição	147
4.2.2. Norma e destinatário	147

V – TEORIA DOS CONTEÚDOS NORMATIVOS

5. Norma e imperativo	148
5.1. Norma e juízo hipotético	148
5.2. Norma e sanção	149
5.3. Norma sem sanção	150

VI – SISTEMA DINÂMICO DE NORMAS

6. Validade	150
6.1. Validade e revogação	151
6.2. Validade e ineficácia	152

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA	11
6.3. Fontes do direito	152
VII – TEORIA DOS SIGNOS E AS NORMAS JURÍDICAS	
7. Classificação das normas	153
7.1. Critério sintático.....	153
7.2. Critério semântico	154
7.3. Critério pragmático	155
VIII – TEORIA FUNCIONALISTA	
8. Funcionalismo e direito.....	156
8.1. Funcionalismo e estruturalismo.....	157
8.2. Direito promocional	158
IX – TÓPICA RETÓRICA	
9. Difusão da Tópica	158
9.1. Estilo tópico retórico	159
X – REALISMO JURÍDICO	
10. Direito e controle social.....	161
10.1. Interesses sociais.....	161
10.2. Casos problemáticos.....	162

Capítulo VII
Hermenêutica

I – VISÃO GERAL – HERMENÊUTICA	
1. Introdução	164
1.1. Teoria do direito natural	165
1.2. Decadência do direito natural.....	166
II – HERMENÊUTICA E INTERPRETAÇÃO	
1. Conceito	166
1.1. Direito escrito.....	167
1.2. Fundamento da interpretação.....	168
1.3. Vontade da lei ou vontade do legislador.....	168
III – TEORIAS SUBJETIVISTA E OBJETIVISTA	
1. Problemática	169
1.1. Teoria subjetivista.....	169
1.2. Teoria objetivista	170

1.3. Polêmica interminável	171
IV – DILEMA DA HERMENÊUTICA	
1. Tendências teóricas	172
1.1. Dogmática	172
1.2. Histórico-evolutiva	173
1.3. Livre investigação científica	173
1.4. Tendência do direito livre	173
V – SUPERANDO O DILEMA	
1. Prática da interpretação	174
2. Função simbólica da linguagem	175
2.1. Uso do símbolo	175
2.2. Palavras vagas e ambíguas	176
2.3. Significado da palavra	176
VI – DIMENSÃO DA SINTAXE	
1. Interpretação gramatical	177
2. Interpretação lógica	178
3. Interpretação sistemática	179
3.1. Princípios: vetores interpretativos	180
3.2. Antinomias	181
VII – DIMENSÃO DA SEMÂNTICA	
1. Interpretação histórico-evolutiva	182
1.1. Posição do intérprete	182
2. Tipos de interpretação	183
VIII – DIMENSÃO DA PRAGMÁTICA	
1. Interpretação teleológica e axiológica	184
1.1. Participação do intérprete	185
2. Uso dos métodos de interpretação	185
IX – INTERPRETAÇÃO E PODER	
1. Poder de violência simbólica	186
1.1. Detentores do poder	187
1.2. Relação de autoridade	187
1.3. Relação de liderança	188
1.4. Relação de reputação	188
1.5. Interpretação predominante	189

PARTE II – FILOSOFIA DO DIREITO**I – FILOSOFIA E DIREITO NA GRÉCIA ARCAICA**

1. Introdução	193
2. Justiça: origem	194
3. Hesíodo e justiça	195
3.1. Justiça e trabalho	195
3.2. Diké e Hybris	196
3.3. Mito das raças	197
3.3.1. Raça de ferro	198
4. Símbolo e direito	199

II – FILOSOFIA E DIREITO NA GRÉCIA CLÁSSICA**OS SOFISTAS E SÓCRATES**

1. Os sofistas	201
1.1. Arte retórica	202
1.2. Retórica dos sofistas	202
1.3. Divergências insuperáveis	204
2. Sócrates (470-399 a.C.)	205
2.1. Ironia socrática	206
2.2. Autonomia da razão	207
2.3. Lei e dever	208

III – FILOSOFIA E DIREITO NA GRÉCIA CLÁSSICA**PLATÃO (427-347 A.C.)**

1. Mundos: das ideias e das aparências	209
1.1. Mundo das ideias	209
1.2. Mundos das aparências	210
2. Dialética	210
3. Justiça	211
3.1. Justiça e forma de governo	211
3.2. Mito e justiça	212

IV – FILOSOFIA E DIREITO NA GRÉCIA CLÁSSICA**ARISTÓTELES (384-321 A.C.)**

1. Saber teórico e saber prático	214
2. Analítica	215
2.1. Proposição e juízo	216
2.2. Silogismo	217

3. Dialética.....	218
3.1. Dialética e decisão jurídica.....	219
4. Direito natural.....	221
5. Justiça e política.....	223
5.1. Virtude e justiça.....	223
6. Justiça e ação.....	225
6.1. Significado de lei.....	225

V – FILOSOFIA E DIREITO NO PERÍODO HELENÍSTICO

FILÓSOFOS ESTOICOS

1. Introdução.....	227
1.1. Direito natural e direitos humanos.....	228
2. Todo e sistema.....	229
3. Física estoica.....	230
3.1. Natureza e razão universal.....	231
3.2. Teoria da simpatia universal.....	232
3.3. Tendências naturais.....	233
4. Cosmopolitismo.....	234
5. Ética estoica.....	236
5.1. Moral do dever reto.....	236
5.2. Moral dos deveres médios.....	237
5.3. Prática dos deveres.....	238
6. Estoicismo e teoria gaia.....	240

VI – FILOSOFIA E DIREITO NA REPÚBLICA ROMANA

CÍCERO (106-43 A.C.)

1. Introdução.....	242
2. Moral dos deveres e direito romano.....	243
2.1. Dever e justiça.....	244
2.2. Dever e contratos.....	245
2.3. <i>Pacta sunt servanda e rebus sic stantibus</i>	246
3. Direito natural.....	247
4. Direito na antiguidade.....	249
5. Redescoberta do princípio da boa-fé.....	250

VII – FILOSOFIA E DIREITO NA IDADE MÉDIA

AGOSTINHO E TOMÁS DE AQUINO

1. Aurélio Agostinho (354-430).....	252
-------------------------------------	-----

1.1. Liberdade como livre-arbítrio	253
1.2. Justiça e <i>caritas</i>	255
1.3. Lei divina e lei humana	257
2. Tomás de Aquino (1225-1274)	258
2.1. Razão e revelação	258
2.2. Metafísica	259
2.3. Existência de Deus	260
2.4. Filosofia e direito	261
2.5. Justiça e direito	262
2.6. Juiz e lei	264

VIII – FILOSOFIA E DIREITO NA IDADE MODERNA

JUSNATURALISMO MODERNO

1. Introdução	266
1.1. Direito natural racional	267
2. Hugo Grócio (1583-1645)	268
2.1. Sociabilidade	269
2.2. Direito	270
3. Samuel Pufendorf (1632-1694)	271
3.1. Homem: egoísta e sociável	272
3.2. Deveres naturais	273
4. Christian Thomasius (1655-1728)	275
4.1. Ética, política e direito	275

IX – FILOSOFIA DO DIREITO NA MODERNIDADE

1. John Locke (1632-1704)	277
1.1. Estado de natureza	277
1.2. Contrato social	278
2. Thomas Hobbes	279
3. Montesquieu	280
4. Jean-Jacques Rousseau	281

X – FILOSOFIA E DIREITO NA IDADE MODERNA

IMMANUEL KANT (1724-1804)

PROBLEMA DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO

1. Introdução	283
2. Problema do conhecimento	284
2.1. Juízos analíticos e juízos sintéticos	285
2.2. Juízos sintéticos <i>a priori</i>	286

PROBLEMA DA AÇÃO HUMANA: MORAL E DIREITO

1. Introdução	287
2. Ética: moral e direito	288
3. Razão prática	290
3.1. Boa vontade	291
4. Ser e dever-ser	292
5. Liberdade e dever-ser	294
6. Lei moral	295
7. Os imperativos	296
7.1. Imperativo hipotético	296
7.2. Imperativo categórico	297
8. Liberdade	298
8.1. Liberdade e direito	299

XI – FILOSOFIA DO DIREITO CONTEMPORÂNEO

1. Hans Kelsen	301
2. Miguel Reale	303
3. Theodor Viehweg	303
3.1. Visão geral	303
3.2. O estilo dos juristas	305
3.3. A tópica de Cícero	307
3.4. O estilo tópico retórico	309

PARTE III – SOCIOLOGIA DO DIREITO**I – SOCIOLOGIA E DIREITO**

1. Modelo teórico dominante	315
1.1. Sistema de normas	316
1.2. Norma e proposição	317
1.3. Norma e interpretação	318
2. Sociologia e direito: uma aproximação	320
2.1. Zetética e dogmática	321

II – SOCIOLOGIA

1. Conceito e objeto	323
1.1. Classificações	324

III – SOCIOLOGIA JURÍDICA

1. Introdução	326
---------------------	-----

2. Conceito e objeto	327
2.1. Abordagem metodológica	327
3. Sociologia e direito	328
3.1. Aspectos da investigação científica	329
3.2. Zetética jurídica	330
4. Pré-história da sociologia jurídica	331
4.1. Charles de Montesquieu (1689-1755)	331

IV – KARL MARX (1818-1883)

1. Infraestrutura e superestrutura	333
1.1. Base econômica e formas jurídicas	334
1.2. Classes sociais	335
1.3. Instituições	335
1.4. Marxismo e direito	336
2. Friedrich Engels (1820-1895)	337

V – ÉMILE DURKHEIM (1858-1917)

1. Fato social	338
2. Coerção dos fatos sociais	339
3. Análise do direito	340
4. Solidariedade social	341
4.1. Divisão do trabalho social	341
4.2. Evolução do direito	341

VI – MAX WEBER (1864-1920)

1. Método compreensivo	343
2. Capitalismo e protestantismo	343
2.1. Espírito do capitalismo	344
2.1.1. Trabalho	345
2.2. Obediência à lei	346
3. Poder da ética religiosa	346

VII – MAX WEBER: SOCIOLOGIA DA ADMINISTRAÇÃO

1. Autoridade e legitimidade	348
2. Autoridade	348
2.1. Autoridade racional-legal	349
3. Direito e dominação racional	349
4. Estado e burocracia	350

5. Administração burocrática.....	351
6. Poder burocrático.....	352
7. Direito e burocracia.....	353
7.1. Sociologia jurídica.....	355
VIII – ORGANIZAÇÃO SOCIAL E DIREITO	
1. Noções iniciais.....	357
2. Organização social.....	357
2.1. Organizações formais.....	358
2.2. Comunidades.....	359
2.3. Sociedades.....	360
3. Padrões sociais.....	360
3.1. Direito e padrões sociais.....	361
IX – ESTRUTURA SOCIAL E DIREITO	
1. Conceito.....	363
1.1. Estrutura social e relações sociais.....	363
1.2. Estrutura social e papel.....	364
1.3. Papel e expectativa.....	365
2. Desigualdade social.....	366
X – ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL E DIREITO	
1. Conceito.....	368
1.1. Posição de classe.....	369
1.2. Posição de <i>status</i>	370
2. Classe social e direito.....	370
2.1. Igualdade e classe social.....	371
3. Mobilidade social e direito.....	372
XI – CULTURA, INSTITUIÇÕES SOCIAIS E DIREITO	
1. Cultura.....	374
1.1. Cultura e valores.....	375
1.2. Pluralidade de culturas.....	376
1.3. Cultura e padrão social.....	376
1.4. Cultura e direito.....	377
2. Instituições Sociais.....	378
2.1. Instituição e organização.....	379
2.2. Instituição e direito.....	379

XII – CONTROLE SOCIAL E DIREITO

1. Ordem social e direito	381
1.1. Ordem social e padrões sociais	381
1.1.1. Ordem social e cultura	382
1.1.2. Ordem social e estrutura social	382
1.1.3. Ordem social e instituição	383
2. Controle social e direito	383
2.1. Controle: normas e força física	383
3. Tipos de controle social.....	385
3.1. Costume e opinião pública.....	385
3.1.1. Opinião pública e direito	386
3.1.2. Meios de comunicação e opinião pública	386
3.2. Religião e moral.....	388
3.3. Educação e direito	389
3.3.1. Direito e controle social de classe	390
4. Controle social e socialização	391
4.1. Desvio social	392

XIII – MUDANÇA SOCIAL E DIREITO

1. Conceito	393
2. Fatores de mudanças sociais.....	393
2.1. Auguste Comte: desenvolvimento intelectual	394
2.2. Herbert Spencer: movimento universal.....	394
2.3. Karl Marx: luta de classe.....	394
2.4. Émile Durkheim: divisão do trabalho	395
2.5. Max Weber: fator subjetivo.....	396
3. Disfunção das instituições	397
3.1. Disfunção social e problema social	397
3.2. Teoria da anomia	398
4. Robert King Merton (1910-2003)	398
4.1. Tipos de comportamento.....	399
4.1.1. Comportamento conformista	399
4.1.2. Comportamento inovador.....	399
4.1.3. Comportamento ritualista	400
4.1.4. Comportamento de evasão.....	400
4.1.5. Comportamento de rebelião.....	401

XIV – TEÓRICOS DA SOCIOLOGIA JURÍDICA

1. Introdução	402
2. Escola do direito livre.....	403
2.1. Eugen Ehrlich (1862-1922).....	403
2.1.1. Ciência e técnica	404
2.2. Hermann Kantorowicz (1877-1940).....	405
3. Maurice Hauriou (1856-1929).....	406
3.1. Teoria da instituição	407
4. Léon Duguit (1859-1928).....	408
4.1. Normas sociais e normas jurídicas.....	409
4.2. Direito e Estado	410
5. François Gény (1861-1944).....	411
5.1. Escola da exegese	413
5.2. Dado e construído.....	413
5.2.1. A ciência e o dado	413
5.2.2. A técnica e o construído.....	414
6. Henry Lévy-Bruhl (1884-1964).....	415
6.1. Norma e realidade social	416
6.2. Fatores da evolução do direito.....	416
6.2.1. Ritmos evolutivos.....	417
6.3. Ciência do direito e ciência social.....	418
7. E. B. Pachukanis (1891-1937).....	419
7.1. Teoria normativa e teoria sociológica	420
7.2. Forma jurídica e forma mercantil	421
7.3. Relação e norma	421
7.4. Relação de produção e relação jurídica	422
7.5. Mercadoria e sujeito	424
8. Georges Gurvitch (1894-1965).....	425
8.1. Teoria pluralista.....	426
8.1.1. Fontes primárias e fontes secundárias	427
8.2. Sociologia dialética.....	428
9. Roscoe Pound (1870-1964)	429
9.1. Direito e controle social.....	430
9.2. Interesses sociais, públicos e privados	431

XV – NIKLAS LUHMANN

1. Introdução	433
---------------------	-----

2. Direito positivo = direito modificável	434
2.1. Complexidade do direito	435
2.2. Direito e mudança	436
3. Sociedade e Direito	437
3.1. Normas: garantia de expectativas	439
3.2. Instituição: garantia de expectativas	441
3.3. Núcleos significativos: garantia de expectativas	442
4. Direito e coação	443
5. Legitimidade do direito	444
5.1. Legitimação e procedimento	445
5.2. Procedimento judiciário	446
6. Riscos da positivação	448
6.1. Direito trivial	449

XVI – BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS

SOCIOLOGIA DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA

1. Sociologia jurídica	451
2. Novas condições teóricas e sociais	452
2.1. Crise e sociologia	453
3. Acesso à justiça	453
3.1. Obstáculos econômicos	454
3.2. Obstáculos sociais e culturais	455
3.2.1. Inovações	456
4. Administração da justiça	457
4.1. Mito da neutralidade política do magistrado	458
5. Conflitos sociais e mecanismos de resolução	458
5.1. Estudos sociológicos e reformas	459
6. Nova política judiciária	460
6.1. Reformas no direito substantivo	461
6.2. Formas alternativas	461
6.3. Contribuição da sociologia	463

XVII – NOVOS RUMOS

1. Contribuição da antropologia jurídica	464
2. Pluralismo jurídico	465
2.1. Um exemplo no Rio de Janeiro	465
2.2. Justiça estatal e justiça comunitária	466

3. Teoria da decisão jurídica	468
3.1. Decisão e conflito	469
3.2. Decisão e controle	469
4. Teoria dogmática da aplicação do direito	470
4.1. Subsunção e burocracia	471
4.1.1. Decisão responsável	472
5. Teoria dogmática da argumentação jurídica	473
5.1. Violência e força	474
6. Crise da ciência	475
6.1. Paradigma dominante	475
6.2. Sintomas da crise	477
6.3. Novos rumos	479

PARTE IV – PSICOLOGIA JURÍDICA E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

Apresentação	483
1. Definição de psicologia	485
2. Definição de psicologia judiciária	487
2.1. Psicologia jurídica ou psicologia judiciária?	487
2.2. Psicologia e direito	488
3. Teorias e sistemas da psicologia	490
3.1. Associacionismo	490
3.2. Estruturalismo	496
3.3. Funcionalismo	500
3.4. Behaviorismo	503
3.5. Gestalt	511
3.6. Psicanálise	516
4. Funções humanas	524
4.1. Aprendizagem	524
4.2. Inteligência	532
4.3. Consciência	538
4.4. Memória	540
4.5. Pensamento e linguagem (comunicação)	540
4.6. Percepção	541
4.7. Emoção e motivação	541
4.8. Personalidade	542

5. Noções gerais de direito e formação humanística de acordo com a Resolução n. 75 do CNJ.....	543
5.1. Psicologia e comunicação: relacionamento interpessoal, relacionamento do magistrado com a sociedade e a mídia.....	543
5.2. Teoria do conflito e os mecanismos autocompositivos: técnicas de negociação e mediação	552
5.3. Problemas atuais da Psicologia com reflexo no Direito: assédio moral e assédio sexual.....	558
5.4. O processo psicológico e a obtenção da verdade judicial: o comportamento das partes e das testemunhas.....	568
<i>Referências</i>	575